

**Hoje em dia (site)**  
**28 de abril de 2017**

**O Tempo (Belo Horizonte)**  
**21 de maio de 2017**



HOJE  
EM DIA

## Juízes e promotores protestam contra as reformas da Previdência e Trabalhista

Da Redação  
portal@hojeemdia.com.br

28/04/2017 - 16h48

Compartilhe



Link: <http://hoje.vcl-aru>



Divulgação/ Amagis /



Magistrados e promotores manifestaram contra a aprovação do PLS 280/2016, que trata do abuso de autoridade, e das reformas Trabalhista e Previdenciária.

Magistrados e promotores participaram nesta sexta-feira (28), do ato público em defesa da independência da Magistratura e do Ministério Público, no Foro Trabalhista de Belo Horizonte. Representantes da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Associação dos Juizes Federais do Estado de Minas Gerais (Ajufermg), da Associação dos Juizes Federais (Ajufer), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho 3ª região (Amatra III), e do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, também estiveram presentes e se manifestaram contra a aprovação do PLS 280/2016, que trata do abuso de autoridade, e das reformas Trabalhista e Previdenciária.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares ressaltou a importância deste ato contra projetos e reformas que afetam não só a magistratura e aos membros do Ministério Público, mas toda a sociedade, e de que todos tem de esclarecerem para a sociedade o quanto estas medidas as afetam e buscando um convencimento aos parlamentares.

O juiz Glauco Becho, presidente Amatra III, disse do absurdo que são as reformas trabalhistas e previdenciárias, e dos efeitos que elas irão gerar tanto para os juizes do trabalho, mas a mais afetada será a sociedade.

O juiz federal André Prado de Vasconcelos, vice-presidente da 1ª região da Ajufer, também destacou que é importante uma luta no campo da informação, combatendo as propagandas que defendem estas medidas.

A procuradora Adriana Augusta de Moura Souza, do Ministério Público do Trabalho, também afirmou que é um dever fazer um debate honesto com a sociedade e disse de sua preocupação com a Justiça do Trabalho e principalmente com o trabalhador, que desta forma não conseguirá ter acesso à seus direitos, com esta reforma.

O juiz federal Alexandre Ferreira Infante, secretário-geral da Ajufermg, acrescentou que assistiu um comentário em um programa de TV, dizendo que o Congresso estava preocupado com as reações de servidores, principalmente do Judiciário, com relação aos projetos e reformas que estão sendo feitas.

20 O TEMPO Belo Horizonte  
DOMINGO, 21 DE MAIO DE 2017

# LEITOR

## Resposta

 **Alberto Diniz Junior**  
Presidente em exercício  
da Amagis

A Associação dos Magistrados Mineiros contesta as críticas que o advogado Jacob Lopes de Castro Máximo faz aos juizes do Estado de Minas Gerais em seu artigo “Os depósitos judiciais, o Estado e o dever dos juizes diante do cidadão” (Opinião, 13.5). Não há como responsabilizar ou acusar de convivência os juizes que, além de cumprirem a lei, historicamente sempre agiram em defesa do cidadão e do Estado de direito. Os mineiros podem continuar confiando na qualidade e no compromisso dos magistrados mineiros.

## Carta de Notícias (Vale do Aço) 25 de abril de 2017



**CN** CARTA DE NOTÍCIAS

Brasil Internacional Vale do Aço

**SEGURANÇA REFORÇADA**

As comarcas de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo estão entre os 296 fóruns que deverão receber, até o final deste ano, uma completa estrutura de segurança. O sistema envolve a instalação de câmeras, scanners de controle de entrada e saída, além de vigilância armada. A medida foi anunciada, ontem (24), pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Herbert Carneiro, atendendo reivindicação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). De acordo com o último levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado no ano passado, há 131 magistrados em situação de risco em 36 tribunais do país.

## Estado de Minas (Belo Horizonte) 27 de abril de 2017



ESTADO DE MINAS • QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2017

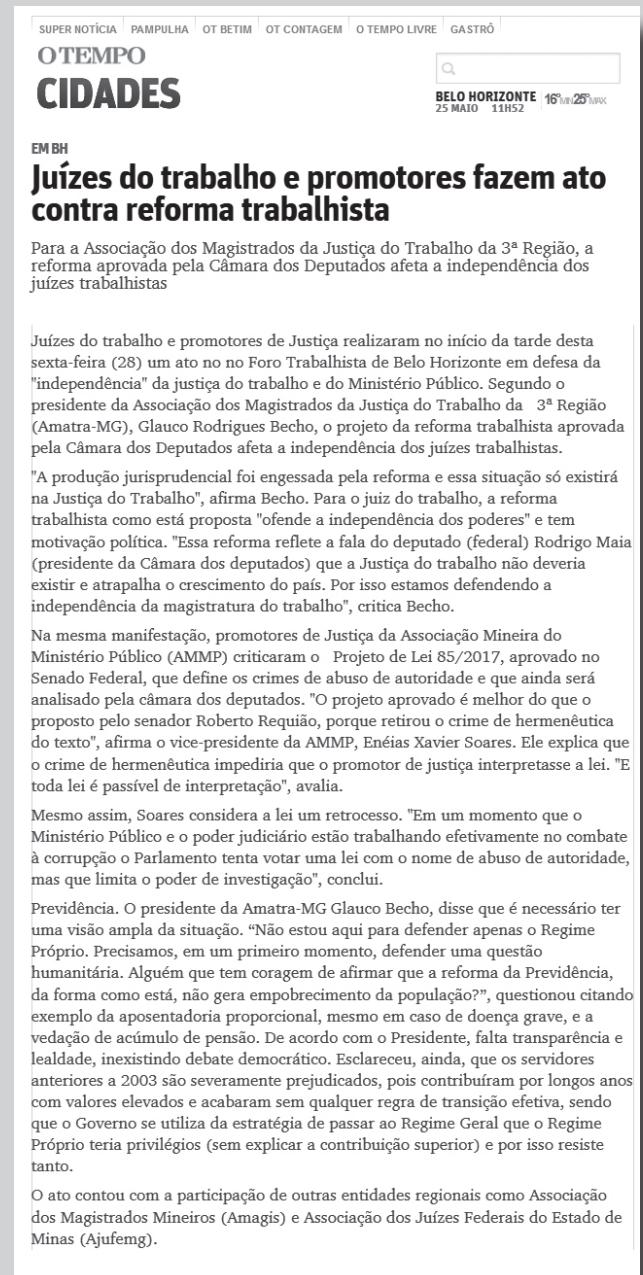
CULTURA

**cult...**

**REVISTA**  
Será lançada hoje mais uma edição da revista *MagisCultura*. Neste número, homenagem especial a Vivaldi Moreira

e à Academia Mineira de Letras. O evento será às 19h, no Salão de festas da Amagis (Rua Ouro Fino, 367). Informações: (31) 3079-3492.

## O Tempo (site) 25 de maio de 2017



SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE GASTRÔ

**O TEMPO**  
**CIDADES**

BELO HORIZONTE 16°/18,25°  
25 MAIO 11h52

EM BH

### Juizes do trabalho e promotores fazem ato contra reforma trabalhista

Para a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região, a reforma aprovada pela Câmara dos Deputados afeta a independência dos juizes trabalhistas

Juizes do trabalho e promotores de Justiça realizaram no início da tarde desta sexta-feira (28) um ato no Foro Trabalhista de Belo Horizonte em defesa da "independência" da justiça do trabalho e do Ministério Público. Segundo o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra-MG), Glauco Rodrigues Becho, o projeto da reforma trabalhista aprovada pela Câmara dos Deputados afeta a independência dos juizes trabalhistas.

"A produção jurisprudencial foi engessada pela reforma e essa situação só existirá na Justiça do Trabalho", afirma Becho. Para o juiz do trabalho, a reforma trabalhista como está proposta "ofende a independência dos poderes" e tem motivação política. "Essa reforma reflete a fala do deputado (federal) Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos deputados) que a Justiça do trabalho não deveria existir e atrapalha o crescimento do país. Por isso estamos defendendo a independência da magistratura do trabalho", critica Becho.

Na mesma manifestação, promotores de Justiça da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) criticaram o Projeto de Lei 85/2017, aprovado no Senado Federal, que define os crimes de abuso de autoridade e que ainda será analisado pela câmara dos deputados. "O projeto aprovado é melhor do que o proposto pelo senador Roberto Requião, porque retirou o crime de hermenêutica do texto", afirma o vice-presidente da AMMP, Enéias Xavier Soares. Ele explica que o crime de hermenêutica impediria que o promotor de justiça interpretasse a lei. "E toda lei é passível de interpretação", avalia.

Mesmo assim, Soares considera a lei um retrocesso. "Em um momento que o Ministério Público e o poder judiciário estão trabalhando efetivamente no combate à corrupção o Parlamento tenta votar uma lei com o nome de abuso de autoridade, mas que limita o poder de investigação", conclui.

Previdência. O presidente da Amatra-MG Glauco Becho, disse que é necessário ter uma visão ampla da situação. "Não estou aqui para defender apenas o Regime Próprio. Precisamos, em um primeiro momento, defender uma questão humanitária. Alguém que tem coragem de afirmar que a reforma da Previdência, da forma como está, não gera empobrecimento da população?", questionou citando exemplo da aposentadoria proporcional, mesmo em caso de doença grave, e a vedação de acúmulo de pensão. De acordo com o Presidente, falta transparência e lealdade, inexistindo debate democrático. Esclareceu, ainda, que os servidores anteriores a 2003 são severamente prejudicados, pois contribuíram por longos anos com valores elevados e acabaram sem qualquer regra de transição efetiva, sendo que o Governo se utiliza da estratégia de passar ao Regime Geral que o Regime Próprio teria privilégios (sem explicar a contribuição superior) e por isso resiste tanto.

O ato contou com a participação de outras entidades regionais como Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e Associação dos Juizes Federais do Estado de Minas (Ajuifemg).